

Editorial

Terrenos e metodologias para novos desafios antropológicos

Álvaro Campelo

A diversidade de ‘terrenos’ de investigação na antropologia exemplifica-se bem nos trabalhos apresentados neste n.º 15 da *Antropológicas*. As abordagens e os temas dão-nos a riqueza do olhar antropológico, e, ao mesmo tempo, desafiam o papel das ciências sociais dentro da complexidade das novas organizações de trabalho e de afirmação social. Os autores fazem uso do arcabouço teórico construído ao longo de décadas para nos introduzirem em espaços colaborativos e profissionais quase marginais, apesar de relevantes, social e economicamente, à pesquisa antropológica.

Com múltiplas metodologias de aproximação ao objeto de estudo, o autor do artigo “*Como construir privilégio: a distribuição diferencial das gratificações nos casinos em Portugal*” oferece-nos uma investigação das relações que se estabelecem entre centralidade/marginalidade e prestígio/constrangimento profissional. E fá-lo pelo facto da preponderância das gratificações, no aferir da totalidade das remunerações, revelar o ‘capital simbólico’ e ‘oclução social’ nas relações de poder e de acesso a determinadas tarefas entre trabalhadores de casinos.

O acesso privilegiado e estratégico a determinadas funções, no caso os ‘pagadores de banca’ dos casinos, escapa a lógicas de lutas laborais por melhores salários e a negociações por direitos profissionais, sustentados numa retribuição justificada em obrigações patronais. Faz-se, antes, por uma consciência de pertença a um grupo específico de funções, o qual reivindica para si certos privilégios, neste caso o ‘acesso diferenciado’ às gratificações, baseados na afirmação de terem capacidades e funções específicas. Para sustentar a permanência destes privilégios, os membros do grupo obrigam-se a legitimar essa situação de diferentes formas, ora criando dificuldades de acesso à função, de forma a limitar a distribuição das remunerações, ora apelando a legitimação externa, através de ‘autoridades’ de poder (Estado, sindicatos) obrigadas a corresponder a esta estratégia, pelos interesses próprios da manutenção das compensações económicas e fiscais.

É interessante como o autor, a partir deste estudo de terreno em casinos, nos fornece um outro olhar para profissionais que usam estratégias (e por vezes táticas) a possibilitarem superar a fragilidade das suas remunerações. A posição de vantagem adquire-se de diferentes formas, em contextos marcados por uma gestão de recursos capitalista e maximizadora de lucros. A proposta de monopolizar uma função, com avaliações paradoxais, entre o domínio fácil e a afirmação, para uma visibilidade externa, onde sobressai um saber técnico, a melhorar conforme o tempo de experiência profissional, permite aos trabalhadores dominarem instituições de regulação conforme os seus próprios interesses.

Mas estes interesses, aproveitados pela empresa para se desresponsabilizar quanto a ser ou não a remuneração final satisfatória, vai exigir aos profissionais o contínuo controlo da situação de excepção por eles criada, podendo, no extremo ou até frequentemente, dada a situação aleatória possível, ser-lhes penalizadora. A relação de exercício do poder simbólico com o dominar o poder económico, validada interiormente, na instituição e entre diferentes classes profissionais, será que tem a mesma validade numa luta simbólica para relações externas?

Já a pesquisa de que resulta o texto “*Reunindo mundos: Algumas considerações sobre a integração da antropologia em projetos colaborativos sobre medicina personalizada*” nos proporciona um outro campo de análise: o da saúde. A investigação antropológica tem vindo a aprofundar e diversificar, tanto a nível temático como metodológico, a sua aproximação ao mundo sanitário e tecnológico. A ‘estranheza’ experienciada entre a antropologia e a medicina, justificada na teoria das ‘duas ciências’ (no caso, as ciências sociais e as biológicas), não mais pode manter-se. O autor do trabalho vai-nos orientando por seminais aproximações entre estes ‘diferentes’ saberes para nos introduzir nas polémicas e nos usos abusivos das relações construídas ao longo da história da ciência.

Um novo olhar e uma nova abordagem das técnicas de investigação de terreno, mostram como a vida em sociedade pode ser um ‘laboratório’ para um conhecimento interdisciplinar e colaborativo. Mais do que uma alteração epistemológica, o que está em jogo é a ‘consciência’ e ‘prática’ de uma nova relação entre os ‘sujeitos’ (sujeitos etnógrafos, sujeitos de outros saberes e sujeitos estudados).

A condição de ‘especialista’ e de domínio de saberes específicos, onde tecnologias e metodologias de validação obrigam a colaborações e a ter em conta as consequências sociais dos diferentes resultados, faz com que a partilha

de um mesmo espaço seja uma experiência que apela à aceitação da surpresa. Trabalhar no 'laboratório', em práticas interdisciplinares, entre tecnologias e especialidades distintas, obriga a etnografia a uma noção do 'outro' com outra exigência relacional. Por sua vez, os especialistas, provocados pela inquietação antropológica, colocam-se, eles mesmos, na posição de 'parceiros intelectuais' e agentes da 'reflexividade'.

Ler este trabalho abre-nos uma infinidade de questões e desafia a etnografia, a antropologia, conseqüentemente, para novos papéis na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, possibilita ao cientista e ao investigador no campo da medicina pensar de uma outra forma as suas responsabilidades sociais, as exigências éticas e políticas enquanto atores fulcrais na sociedade e na ciência, pois não podem mais fazer ciência da mesma forma quando entram num processo colaborativo como o aqui investigado.

Dois artigos desafiantes a deixar-nos abertos a reformulações teóricas e metodológicas; dois trabalhos a desinquietar e a propor-nos deixar trabalhar, dentro do saber, as tensões surgidas da contemporaneidade; dois trabalhos provocadores para o conceito de classe, de poder simbólico e de saber tecnológico e dos saberes colaborativos.